

Demonstrações Financeiras

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Quotistas da
Águas Pontes e Lacerda Ltda.
Pontes e Lacerda - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas Pontes e Lacerda Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas Pontes e Lacerda Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP034519/O-6



Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.183	4.924
Depósitos bancários vinculados		413	391
Contas a receber e outros recebíveis	5	1.483	1.374
Estoques		506	349
Impostos e contribuições a recuperar		12	58
Despesas antecipadas		34	11
Total do ativo circulante		<u>7.631</u>	<u>7.107</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas antecipadas		-	4
Contas a receber e outros recebíveis	5	11.027	11.027
Depósitos judiciais		1.994	207
Imposto de renda e contribuição social diferidos		16	40
Total do realizável a longo prazo		<u>13.037</u>	<u>11.278</u>
Não circulante			
Imobilizado		262	137
Ativos de direito de uso		31	-
Intangível	6	6.349	6.434
Ativo de Contrato		1.474	912
Total do ativo não circulante		<u>21.153</u>	<u>18.761</u>
Total do ativo		<u>28.784</u>	<u>25.868</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	7	818	822
Empréstimos e financiamentos	8	4.321	3.039
Provisões e encargos trabalhistas		190	153
Imposto de renda e contribuição social a pagar		116	44
Obrigações fiscais		151	125
Total do passivo circulante		<u>5.596</u>	<u>4.183</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	3.300	6.600
Provisão para perda com causas judiciais		12	19
Total do passivo não circulante		<u>3.312</u>	<u>6.619</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	9	8.593	8.593
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.100	-
Reservas de lucros		9.183	6.473
Total do patrimônio líquido		<u>19.876</u>	<u>15.066</u>
Total do passivo		<u>8.908</u>	<u>10.802</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>28.784</u>	<u>25.868</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	13	12.826	11.442
Custo dos serviços prestados	14	<u>(5.149)</u>	<u>(4.309)</u>
Lucro bruto		<u>7.677</u>	<u>7.133</u>
Despesas operacionais			
Comerciais	14	(245)	(456)
Administrativas e gerais	14	(2.561)	(2.468)
Outras receitas (despesas)		<u>(10)</u>	<u>29</u>
		(2.816)	(2.895)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>4.861</u>	<u>4.238</u>
Receitas financeiras	15	473	309
Despesas financeiras	15	<u>(1.174)</u>	<u>(1.308)</u>
Despesas financeiras líquidas		(701)	(999)
Resultado antes dos impostos		<u>4.160</u>	<u>3.239</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(1.426)	(939)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	<u>(24)</u>	<u>(97)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>2.710</u>	<u>2.203</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	<u>2.710</u>	<u>2.203</u>
Resultado abrangente total	<u><u>2.710</u></u>	<u><u>2.203</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2018		8.593	-	322	6.488	-	15.403
Adoção da IFRS 9 / CPC 48		-	-	-	(40)	-	(40)
Distribuição de dividendos		-	-	-	(2.500)	-	(2.500)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.203	2.203
Reserva legal		-	-	110	-	(110)	-
Reservas de lucros		-	-	-	2.093	(2.093)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9	<u>8.593</u>	<u>-</u>	<u>432</u>	<u>6.041</u>	<u>-</u>	<u>15.066</u>
Adiantamento para aumento de capital		-	2.100	-	-	-	2.100
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.710	2.710
Reserva legal		-	-	136	-	(136)	-
Reservas de lucros		-	-	-	2.574	(2.574)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9	<u>8.593</u>	<u>2.100</u>	<u>568</u>	<u>8.615</u>	<u>-</u>	<u>19.876</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercício findos em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.710	2.203
Ajustes para:		
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	97
Imposto de renda e contribuição social provisionado	1.426	939
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	(109)	37
Depreciação e amortização	1.296	1.129
Reversão de provisão para perdas com causas judiciais	(7)	(11)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	859	631
	<u>6.199</u>	<u>5.025</u>
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	-	312
Aumento em estoques	(157)	(61)
Redução em impostos e contribuições a recuperar	46	24
Aumento em despesas antecipadas	(19)	(13)
Aumento em depósitos judiciais	(1.787)	(12)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(4)	174
Aumento (redução) em provisões e encargos trabalhistas	37	(22)
Aumento (redução) em obrigações fiscais	26	(20)
	<u>4.341</u>	<u>5.407</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.354)	(939)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(810)	(1.449)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>2.177</u>	<u>3.019</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(158)	(82)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	(1.677)	(1.526)
Depósitos bancários vinculados	(22)	(391)
Outros investimentos	-	342
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(1.857)</u>	<u>(1.657)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	-	9.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.161)	(4.647)
Adiantamento para aumento de capital	2.100	-
Dividendos pagos	-	(2.500)
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(61)</u>	<u>1.853</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>259</u>	<u>3.215</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>4.924</u>	<u>1.709</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>5.183</u>	<u>4.924</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Empresa

A Águas Pontes e Lacerda Ltda é uma sociedade limitada, constituída no dia 01 de março de 2000, com sede localizada na Rua Rio Grande do Sul, nº 41, Bairro Centro, CEP 78.250-000 Pontes e Lacerda, MT, tem por objeto social manter e ampliar os sistemas de abastecimento, tratamento e distribuição de água e o de coleta e tratamento de esgotos sanitários em toda a área do município de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso.

O prazo de duração da Empresa será de 30 (trinta) anos (período da concessão), tendo iniciado suas atividades operacionais em 02 de janeiro de 2001.

A divulgação das demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião da Diretoria realizada em 16 de junho de 2020.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, a Empresa considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Mensuração ao valor justo

A Empresa mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.2. Receita de contrato com cliente

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível.

A Empresa reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Empresa estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

c) Receita de serviços de operação

A Empresa reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Empresa satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e impostos a recuperar;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos;
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.4. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Empresa e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Empresa, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

2.5. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.6. Ativos de contrato

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Empresa optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Empresa concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

Com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2018, do CPC 47/IFRS 15 e a revisão do ICPC 01 / IFRIC 12, notadamente o parágrafo 19 do ICPC01/IFRIC 12, a Empresa passou a classificar como ativo de contrato, no ativo de longo prazo, as obras anteriormente registradas como ativo intangível em curso referente aos contratos de concessão durante o período de construção.

	<u>Saldo divulgado</u>	<u>Reclassi- ficação</u>	<u>Saldo reapre- sentado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018			
Ativo intangível (Nota 6)	7.346	(912)	6.434
Ativos de contrato		912	912

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.7. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão e são revistas anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.11. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

2.12 Classificação corrente versus não corrente

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.12. Normas novas que estão em vigor

Os seguintes pronunciamentos adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil foi efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019 e estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

A Empresa adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06 (R2).

A empresa optou por utilizar as isenções previstas pela norma para contratos cujo prazo de arrendamento se encerre em até 12 meses a partir da data de adoção inicial, e contratos cujo ativo objeto sejam de baixo valor. Os principais contratos identificados com ativos subjacentes de baixo valor se referem a itens como locação de impressoras, equipamento de videoconferência e comunicação, os contratos identificados como curto prazo se referem a locação de equipamentos operacionais e os contratos ao qual a empresa o classificou como arrendamento se refere a locação de veículos, imóveis e máquinas e equipamentos.

Os impactos iniciais no balanço em 01 de janeiro de 2019 foram de R\$94 mil reais nas rubricas de Ativos de direito de uso e de arrendamento mercantil

A Empresa adotou a taxa nominal incremental sobre os empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento reconhecidos na data de aplicação do pronunciamento de 10,23%, para contratos de 1 ano e crescente para os anos subsequentes de forma a refletir o custo marginal de captação que o grupo obteria para efetuar a compra do ativo.

ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Administração concluiu que não há impacto significativo na aplicação desta Interpretação nas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

2.14. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras estão abaixo apresentadas:

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - esta revisão apresenta novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação, atualizou a definição de ativos e passivos bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para o período de concessão. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa correspondente

Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas)

A Empresa utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Empresa. A Empresa revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data das demonstrações financeiras, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

Tributos, impostos diferidos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Quando aplicável, a Empresa reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Saldos bancários	1.186	493
Aplicações financeiras	3.997	4.431
Total	5.183	4.924

A composição das aplicações financeiras consolidada está representada como segue:

<i>Modalidades</i>	2019	2018
Certificado de depósito bancário	3.875	2.834
Fundos de investimento	122	1.597
Total	3.997	4.431

As aplicações financeiras rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com liquidez diária, previsibilidade de resgate imediato, sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

5. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2019	2018
Contas a receber		3.749	3.858
Direitos a faturar		532	417
(-) Provisão para perda do valor recuperável		(2.800)	(2.910)
		1.481	1.365
Partes relacionadas - conta corrente	16	11.027	11.027
Adiantamentos		2	9
Circulante		1.483	1.374
Não circulante		11.027	11.027
Total		12.510	12.401

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

6. Intangível

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Software	Total
Custo			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	15.479	22	15.501
Adições	860	64	924
Transferências	247	-	247
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16.586	86	16.672
Adições	999	-	999
Transferências	118	-	118
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.703	86	17.789
Amortização			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	(9.102)	(22)	(9.124)
Adições	(1.109)	(5)	(1.114)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(10.211)	(27)	(10.238)
Adições	(1.189)	(13)	(1.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(11.400)	(40)	(11.440)
Valor líquido contábil			
Em 31 de dezembro de 2018	6.375	59	6.434
Em 31 de dezembro de 2019	6.303	46	6.349

(i) *Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12*

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2018	2019		
		Custo	Adição	Transferência	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	1.478	-	-	1.478
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	2.210	94	49	2.353
Rede de água	De 4 a 5	8.246	767	23	9.036
Rede de esgoto	De 4 a 6	4.647	138	46	4.831
Outros	-	5	-	-	5
Total		16.586	999	118	17.703

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 20-24 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2020.

O valor recuperável das UGCs foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas - as receitas foram projetadas entre 2020 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Empresa.
- Taxa de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 14,19%.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Empresa e em premissas macro econômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Empresa.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As unidades geradoras de caixa não apresentaram necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

7. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2019	2018
Fornecedores diversos		373	450
Partes relacionadas - operações mensais	16	342	309
Adiantamento de clientes		103	54
Outras contas a pagar		-	9
Total		818	822

8. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Linha de crédito	Nota	Indexador	Juros médios a.a. (%)	Vencimento	2019	2018
Cédula de crédito		CDI	10,39	2021	6.949	9.000
Arrendamento mercantil				2020	33	-
Conta corrente - partes relacionadas	16				639	639
Circulante					4.321	3.039
Não circulante					3.300	6.600
Total					7.621	9.639

Em 31 de outubro de 2018, a Empresa emitiu cédula de crédito bancária junto ao Banco BTG Pactual, no montante de R\$ 9.000, com juros remuneratórios equivalentes ao CDI acrescido de spread de 4,45% ao ano, com vencimento final em 3 anos a contar da data de desembolso, amortizáveis mensalmente após período de carência de 6 meses. O montante captado foi utilizado inicialmente para liquidação das cédulas de crédito mantidas junto ao Banco Caixa Geral - Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal e para capital de giro.

A garantia da cédula de crédito é o aval da Iguá Saneamento S.A., cessão fiduciária de direitos creditórios e constituição de conta reserva com saldo não inferior a uma prestação vincenda de amortização e juros.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses
Empréstimos e financiamentos	6.949	3.649	3.300
Arrendamento mercantil	33	33	-
Total	6.982	3.682	3.300

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
Empréstimos e financiamentos	9.639	3.039	3.600	3.000

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.639
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Amortização - cédula de crédito bancário	(2.100)
Amortização - arrendamento mercantil	(61)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(2.161)
Outras variações	
Provisão de juros - cédula de crédito	852
Provisão de juros - arrendamento mercantil	7
Arrendamento mercantil	94
Pagamento de juros	(803)
Pagamento de juros arrendamento mercantil	(7)
Total de outras variações	143
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.621

c) Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Empresa e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

9. Capital social e reservas

a) Capital social

O capital social da Empresa, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 8.593 (idêntico em 31 de dezembro de 2018). Está representado por 8.593 quotas (idêntico em 31 de dezembro de 2018), com valor nominal, pertencentes aos seguintes quotistas:

	Em % de participação	
	2019	2018
Iguá MT Participações Ltda.	100%	100%

b) Reservas

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucro

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

c) Dividendos

O contrato social da Empresa não determina o dividendo mínimo obrigatório.

10. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Empresa é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Empresa para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2019	2018
Total do passivo	8.902	10.802
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados	(5.596)	(5.315)
(=) Dívida líquida (A)	3.312	5.487
Total do patrimônio líquido (B)	19.876	15.066
Índice de alavancagem em 31 de dezembro (A/B)	7,00	3,75

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

11. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.997	4.431	1.186	493	-	-
Depósitos bancários vinculados		413	391	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	5	-	-	12.510	12.401	-	-
Ativos financeiros		4.410	4.822	13.696	12.894	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar (*)		-	-	-	-	715	768
Empréstimos e financiamentos	8	-	-	-	-	7.621	9.639
Passivos financeiros		-	-	-	-	8.336	10.407

(*) Não foi considerado o montante de adiantamentos em outras contas a pagar.

b) Mensuração do valor justo

Para os passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Empresa possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Empresa tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Empresa detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Empresa manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.183	4.924

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Depósitos bancários vinculados		413	391
Contas a receber e outros recebíveis (*)	5	12.508	12.392
Circulante		7.077	6.680
Não circulante		11.027	11.027
Total		18.104	17.707

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	2019	2018
A vencer	980	818
Vencidos de 1 a 30 dias	574	438
Vencidos entre 31 e 90 dias	147	329
Vencidos entre 91 e 120 dias	52	22
Vencidos entre 121 e 180 dias	25	24
Vencidos acima de 180 dias	2.503	2.644
Total	4.281	4.275

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	2.813
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	253
Adoção IFRS 9 / CPC 48	60
Valores baixados	(216)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.910
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	288
Valores baixados	(397)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.801

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. É constituído provisão do saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas e incorridas.

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco dá Empresa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2019	2018
Fornecedores e outras contas a pagar (*)		715	768
Empréstimos e financiamentos	8	7.621	9.639
Circulante		5.036	3.807
Não circulante		3.300	6.600
Total		8.336	10.407

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	
Fornecedores e outras contas a pagar	715	715	715	-	
Empréstimos e financiamentos	7.588	8.136	4.695	3.441	
Arrendamento mercantil	33	34	34	-	
Total	8.336	8.885	5.444	3.441	

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	768	768	768	-	-
Empréstimos e financiamentos	9.639	11.194	3.920	4.113	3.161
Total	10.407	11.962	4.688	4.113	3.161

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Empresa possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Risco de taxa de juros

As operações da Empresa estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

Perfil

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos financeiros			
Aplicação financeira	4	3.997	4.431
Depósitos bancários vinculados		413	391
Total		4.410	4.822
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	8	6.949	9.000

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, no endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Empresa efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	3.997	CDI	4,39	175	5,49	219	6,59	263
Depósitos bancários vinculados	413	CDI	4,34	18	5,43	22	6,51	27
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(6.949)	CDI	4,50	(313)	5,63	(391)	6,75	(469)
Total dos ativos e passivos financeiros	(2.539)			(120)		(150)		(179)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(30)		(59)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	3.997	CDI	4,39	175	3,29	132	2,19	88
Depósitos bancários vinculados	413	CDI	4,34	18	3,25	13	2,17	9
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(6.949)	CDI	4,50	(313)	3,37	(235)	2,25	(158)
Total dos ativos e passivos financeiros	(2.539)			(120)		(90)		(61)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						30		59

Fontes: as informações do CDI foram extraídas do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN na data de 27 de dezembro de 2019.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

v) *Risco de preço*

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Empresa requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

12. Imposto de renda e contribuição social diferido

Reconciliação da taxa efetiva	2019	2018
Resultado do exercício antes dos impostos	4.160	3.239
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(1.414)	(1.101)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(2)	(1)
Outras	(34)	66
Imposto corrente	(1.426)	(939)
Imposto diferido	(24)	(97)
Alíquota efetiva	(35%)	(32%)

13. Receita operacional líquida

	2019	2018
Saneamento	12.379	11.141
Construção	1.679	1.462
Outros Serviços	488	399
Abatimentos / Devoluções / Cancelamentos	(523)	(466)
Deduções e Impostos sobre vendas e serviços	(1.197)	(1.094)
Total	12.826	11.442

14. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2019	2018
Custo de construção	(1.679)	(1.462)
Depreciação e amortização	(1.045)	(949)
Energia elétrica	(1.009)	(756)
Despesas com pessoal	(796)	(629)
Materiais auxiliares	(273)	(349)

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Serviços de terceiros	(227)	(139)
Materiais diretos	(115)	(47)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(59)	(45)
Outros custos	(43)	(16)
Créditos de Pis e Cofins	97	83
Total	(5.149)	(4.309)

Despesas comerciais	2019	2018
Pessoal	(197)	(228)
Serviços de terceiros	(92)	(58)
Outras despesas comerciais	(49)	(43)
Materiais	(4)	(3)
Depreciação e amortização	(3)	(2)
Energia elétrica	(9)	(85)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	109	(37)
Total	(245)	(456)

Despesas administrativas e gerais	2019	2018
Despesa com pessoal	(1.120)	(394)
Outras despesas	(1.118)	(992)
Depreciação e amortização	(248)	(178)
Serviços de terceiros	(75)	(904)
Total	(2.561)	(2.468)

15. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	285	196
Juros de aplicações financeiras	188	112
Descontos obtidos	-	1
Total	473	309

Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(859)	(628)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(6)	(169)
Comissões e despesas bancárias	(279)	(490)
Outras despesas financeiras	(30)	(21)

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Total	(1.174)	(1.308)
Despesas financeiras líquidas	(701)	(999)

16. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Empresa é a Iguá MT Participações Ltda., onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b) Outras transações com partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Circulante						
Em fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos			(Nota 7 e 8)	(Nota 7)		
Contrato de assistência técnica (a)	-	-	1	31	1	(518)
Centro de serviços compartilhados - CSC (b)	-	-	-	13	(820)	(203)
Repasso de recursos e custos com serviços compartilhados (c)	-	-	341	265	(845)	(590)
Conta corrente (d)	-	-	639	-	-	-
Total	-	-	981	309	(1.664)	(1.311)
Não circulante				(Nota 8)		
Em empréstimos e financiamentos						
Conta corrente (d)	-	-	-	639	-	-
Não circulante						
Em empréstimos e financiamentos	(Nota 5)	(Nota 5)				
Conta corrente (d)	11.027	11.027	-	-	-	-

(a) Contrato de assistência técnica entre a Empresa e suas controladoras em conjunto com vigência até o término do contrato de concessão e parcelas mensais equivalentes a 5% da receita líquida.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

- (b) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre as partes para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (c) Refere-se a repasse de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (d) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Empresa e sua controladora Iguá Saneamento S.A, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos.

17. Seguros

A Empresa tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Empresa.

18. Compromissos

- a) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Empresa é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Empresa possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

19. Eventos subsequentes

A Administração vem acompanhando atentamente as notícias acerca do vírus COVID-19, assim como as reações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global. A Empresa efetuou análises sobre possíveis impactos da propagação do vírus COVID-19 em suas operações e, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos correspondentes, a Administração informa que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, ainda não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Empresa está tomando medidas necessárias para minimizar o impacto da expansão do vírus em suas instalações operacionais e administrativas.

A Empresa negociou com o BTG Pactual os pagamentos de principal e juros de empréstimos e financiamentos, das parcelas vincendas a partir de abril de 2020, e conseguiu a postergação de 3 meses, que serão deslocados para o final do contrato, com extensão de prazo.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Composição da Diretoria

Diretoria

André da Silva e Souza
Luiz Fernando Barrozo Fabbriani

Contador

Anderson Costa Silva
CRC/SP nº SP-219.557/O-4